

REVISTA



Nº 44 - ABRIL 2023

RECONEXÃO PERIFÉRIAS

FOTO: FUNAI



Pela sobrevivência digna, física e cultural dos povos indígenas

Juliana Cardoso: a política como arte de acolher e ajudar pessoas

Coletivo Força Tururu fala sobre comunicação popular e autoestima

AGENDA DE LUTAS ABRIL DE 2023

Pela sobrevivência física e cultural dos povos indígenas



FOTO: FUNAI

A revista Reconexão Periferias de abril, mês da visibilidade indígena, propõe uma reflexão sobre a situação dos povos indígenas no Brasil e sobre a necessidade urgente do reconhecimento de seus direitos pelo Estado

brasileiro, como base para o desenvolvimento políticas públicas que garantam suas vidas com dignidade.

Segundo dados do último Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, o Brasil registrou à época a existência de 274 línguas indígenas no país, onde viviam 817.963 mil indígenas de 305 diferentes etnias.

O levantamento revelou também que 37,4% dos indígenas de 5 anos ou mais falavam no domicílio uma língua indígena, percentual que aumentava para 57,3% quando eram considerados somente aqueles que viviam dentro das Terras Indígenas. Essa característica confirma o importante papel desempenhado pelas Terras Indígenas em relação às

possibilidades de permanência das características sócio-culturais e modos de vida dos indígenas.

Trata-se de uma população que, ao contrário do que imagina o senso comum, não vive apenas em territórios longínquos ou nas aldeias, mas está espalhada também nas periferias das grandes cidades brasileiras. Com isso, os indígenas enfrentam uma acelerada transformação social e se organizam para buscar respostas que assegurem sua sobrevivência física e cultural, com qualidade de vida, diante de realidades inóspitas e políticas públicas que tolheram seus direitos ao longo dos últimos séculos.

A revista traz o artigo “Entre margens”, do poeta Elizeu Braga, no qual retoma lembranças sobre a beira do rio Madeira, na vila onde nasceu,

PROJETO RECONEXÃO PERIFERIAS ■ DIRETOR RESPONSÁVEL ARTUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS ■ COORDENADOR DO PROJETO PAULO CÉSAR RAMOS ■ EQUIPE ISAÍAS DALLE, LÉA MARQUES, MATHEUS TANCREDO TOLEDO, RUAN BERNARDO, SOFIA TOLEDO, VICTÓRIA LUSTOSA BRAGA, VILMA BOKANY ■ COLABORADORES SOLANGE GONÇALVES LUCIANO ■ EDIÇÃO E REVISÃO ROSE SILVA ■ PRODUÇÃO EDITORIAL CAMILA ROMA ■ PROJETO GRÁFICO CACO BISOL ■ DIRETORIA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO PAULO OKAMOTO (PRESIDENTE), VÍVIAN FARIAS (VICE-PRESIDENTA), DIRETORES: ALBERTO CANTALICE, ARTUR HENRIQUE, CARLOS HENRIQUE ÁRABE, ELEN COUTINHO, JORGE BITTAR, LUIZ CAETANO, NAIARA TORRES E VIRGÍLIO GUIMARÃES.

Tacuá, situada a cinco horas de barco de Porto Velho (RO), e também sua chegada a São Paulo, quando deparou com o devastado Rio Tietê. “Meu encontro com o Tietê me ajudou a pensar o Rio Madeira, ou Rio Iruri (rio que treme), seu nome mais antigo. Para o povo Mura, que antes do contato com os brancos era denominado Buhuarren (dominadores das águas), o Rio Iruri (o rio que treme) respira neles. Quem me contou foi Márcia Mura, professora e escritora indígena, uma parente do rio”.

O texto fala ainda sobre forças que comprometem o futuro das águas, como o garimpo, e provocam a morte acelerada de vários rios no Brasil, entre eles o Madeira, um dos mais importantes da bacia Amazônica que corre sério risco de colapsar diante da exploração dos seus recursos em hidrelétricas, desmatamento e agropecuária.

A entrevista do mês é com a deputada federal indígena Juliana Cardoso. Ela acredita que todo e

qualquer mandato, inclusive nos movimentos sociais, precisa se dirigir às pessoas a partir “das dores da vida”, ouvi-las e ajudar a encontrar soluções para os problemas. Dessa forma, abrem-se as portas para as mudanças estruturais, para a tarefa de pensar o mundo e formas concretas de atingir essa meta. “As pessoas estão sem paixão pela política? Estão. Estão desacreditadas. Como a gente supera isso? Quando fala de coisas que atingem a vida delas de verdade”, diz.

O perfil traz a história do Coletivo Força Tururu, que atua na comunidade de mesmo nome, em Paulista (PE), para desenvolver projetos de comunicação popular e comunitária que se contraponham à ideia hegemônica de que as favelas sejam apenas habitadas por pessoas criminosas e violentas.

Já na seção de arte a edição apresenta Solange Gonçalves Luciano, mais conhecida como Sol, que nasceu na periferia de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Ela tem 54 anos,

é uma sobrevivente dos escombros manicomiais, dos labirintos psiquiátricos e frequenta há mais de duas décadas um dos maiores e últimos manicômios da América Latina, o Hospital Psiquiátrico São Pedro. É nas Oficinas de Criatividade que Sol consegue fazer da arte uma ferramenta de auto resgate onde dissipa as dores de suas vivências e daquelas pessoas com quem compartilha sua arte.

Neste mês de abril abrem-se caminhos promissores com o novo governo, após a ruptura com uma era de necropolítica que afetou sobremaneira os povos indígenas, inclusive na forma de genocídio. Temos pela primeira vez um Ministério dos Povos Indígenas e uma mulher indígena na presidência da Funai. Que sejam sinais de uma nova vida, de reconhecimento, respeito e preservação dos direitos dos povos originários.

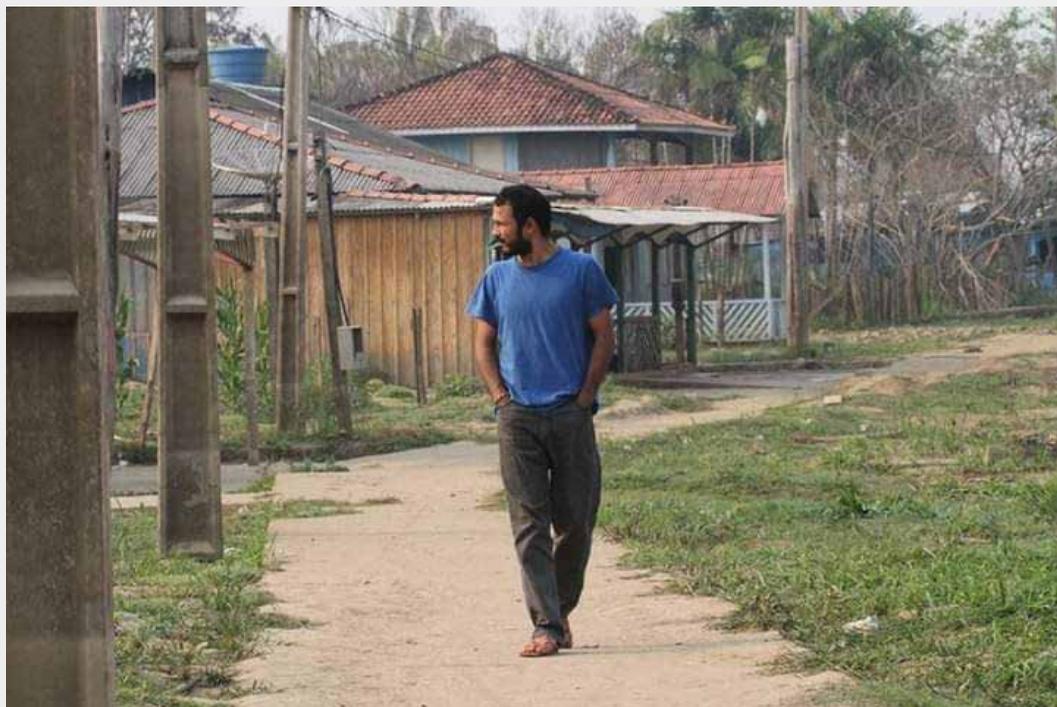
Boa leitura! Boas lutas!

Rose Silva - Editora da Revista Reconexão Periferias ■

Cidades são rios que correm ao contrário

ELIZEU BRAGA

ELIZEU BRAGA É NASCIDO NA BEIRA DO RIO MADEIRA, NA VILA DE TACUÃ, A CINCO HORAS DE BARCO DE PORTO VELHO, E TEM DOIS LIVROS DE POEMAS PUBLICADOS: *CANTIGAS E MORMAÇO*.



ELIZEU NA VILA NAZARÉ. FOTO DE LUANA LOPES

Um tipo de bicho

Nasci perto de um rio, a casa com a cara virada pra ele. Alguns passos e a gente chegava na beira. Lembro da prancha imensa de madeira bruta, escura, estendida sobre dois troncos de samaúma flutuando sobre a água. Ali se lavava roupa, tratavam-se os peixes, tomávamos banho, se puxava água para abastecer os filtros de barro e os painéis de alumínio que ficavam na cozinha perto

do fogão a lenha.

O Rio Madeira, “Madeirão” (como o chamavam lá em casa), era o nosso parente mais antigo. Aos poucos minhas irmãs me ensinaram mais coisas: que se pegasse um barco subindo chegava até Porto Velho e se fosse descendo chegava até o Rio Amazonas. Mas antes passava por Cujubim, Cuniã, São Carlos, Nazaré, Calama e outras vilas menores como a nossa.

Foi assim que imaginei que aquele rio era também um caminho por onde passava o mundo, e Tacuã era um canto onde o bicho descansava e trazia histórias. Sim, um bicho: “todo o rio é um tipo de bicho”, dizia Tia Dalila, a mulher mais antiga do lugar na minha memória de menino. Isso aprendi bem e não me esqueço.

Minha Vó Raimunda dizia que o rio não tem casca, a água é ao mesmo tempo seu corpo, seu sangue, pele

e caroço. Dizia ainda que tem duas maneiras de um rio morrer, ou ele seca, ou ele estanca, fica parado, apodrecendo, sem vida a água fica morna, salobra.

Depois o tempo e o rio me levaram para longe de Taçuã, e entre as correntezas da vida me escapei poeta. Esse ofício que permite manter o estado de curiosidade e achar na poesia uma maneira de voltar para casa, exercitar um idioma, criar uma linguagem que concede a capacidade de enxergar e escutar um rio. Como se o rio fosse mesmo um tipo de bicho.

Não é uma tarefa fácil, ainda mais nos tempos de hoje, onde a borra-cheira do capitalismo enfeitiçou o mundo num encantamento ao contrário, e não somente os rios e florestas, mas o planeta inteiro é explorado e envenenado para manter as fortunas de poucos e a miséria de bilhões.

Lembro a primeira vez que fui a São Paulo. A maior cidade da América Latina: shoppings centers, cinemas, museus, megae-

ventos culturais. Cidade grande. Centro econômico do Brasil. Aos poucos foi se revelando para mim Racionais Mcs na sua mais completa tradução, e alguma coisa certamente aconteceu no meu coração. Não foram as avenidas, nem o rosto do monstro na multidão, nem a barra de ferro fria do metrô, os avisos de medo, a parte mais triste da música do Caetano diante dos olhos. Gente fingindo que gente não existe.

Não vou dizer que não tinha me preparado pra isso. Nos rumos do Norte só sopram notícias do Sudeste.

Mas teve um acontecimento, um espanto perverso, não me esqueço, a imagem de uma paisagem apoca-

líptica. Um enorme bicho morto estendido sobre a cidade, com seu corpo sem vida, apodrecendo, um rio.

Tietê é seu nome, que em Tupi significa "água verdadeira". Os dados apontam que aproximadamente 33,6% do seu trecho é considerado morto, 163 km de rio sem vida. Ali, o cheiro tomando conta da estação portuguesa Tietê na linha azul do metrô, todos parecem se acostumar com o cenário. Talvez porque estamos adestrados na busca pela sobrevivência, jogando as regras impostas por um sistema violento que planta cidades tristes.

O Tietê é um rio que se move diferente, se volta para o interior e não para o oceano, isso fez com



FOTO: ARQUIVO PESSOAL

que os colonizadores o enxergassem como um importante instrumento para desenvolver o regime de exploração da terra, a escravização e o genocídio dos povos indígenas.

A degradação por poluição industrial e esgotos domésticos no trecho da Grande São Paulo tem origem principalmente nos processos de industrialização e de expansão urbana desordenada ocorridos nas décadas de 1940 a 1970.

O Tietê sempre foi um rio agitado, de movimento, e para a construção das avenidas marginais foi necessária uma retificação de seu curso natural. Tais avenidas foram construídas sobre a várzea do rio, ou seja, locais naturalmente alagadiços, o que facilita o surgimento de inundações, e nem precisa dizer quem mais sofre com isso.

Rio ancestral

Meu encontro com o Tietê me ajudou a pensar o Rio Madeira, ou Rio Iruri (rio que treme), seu nome mais antigo.

Para o povo Mura, que antes do contato com os brancos era denominado Buhuaren (dominadores das águas), o Rio Iruri (o rio que treme) respira neles. Quem me contou foi Márcia Mura, professora e escritora indígena, uma parente do rio.

Nascida em uma comunidade chamada ramal São Domingos, na capital Porto Velho (RO), é mestra em Sociedade e Cultura na Amazônia, pela Universidade Federal do Amazonas e doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Realizou pesquisa de história oral com o povo indígena Cassupá e mulheres da Amazônia.

Márcia Mura sabe que existem forças maiores que engolem o futuro das populações locais. O garimpo é uma delas. “A causa disso tudo é bem maior. Existe uma superestrutura ligada às próprias políticas de Estado, postas de cima para baixo, que desenraíza as pessoas dos espaços, dos seus lugares e elas passam a ser mais uma mão-de-obra consumida e devorada

pelo capitalismo” (Amazônia Real, 2022).

O Rio Madeira hoje sofre as consequências disso, é um dos mais importantes rios da bacia Amazônica, e corre um sério risco de colapsar diante da exploração dos seus recursos em hidrelétricas, garimpos, desmatamento e agropecuária.

Uma reportagem de reportagem de Fábio Bispo para o InfoAmazônia intitulada “A morte silenciosa do rio Madeira”, levantamento inédito do projeto Aquazônia, que lançou um indicador para medir o Índice de Impacto nas Águas da Amazônia (IIAA), mostra que a bacia do Madeira é uma das mais afetadas pela ação humana na Amazônia.

O Madeira é impactado por todos os indicadores do índice, sendo que 86% da bacia são afetados pela presença de agricultura e pecuária, 41% por mineração e garimpo e 41% por áreas degradadas. O cruzamento de estradas por rios e igarapés atinge 28% da bacia do Madeira, com uma média de três



SLAM RESISTÊNCIA, EM SÃO PAULO. ARQUIVO PESSOAL

cruzamentos por quilômetro quadrado (InfoAmazônia, 2022).

Os impactos sociais e econômicos dessa super exploração do Rio Madeira são sentidos de forma intensa e direta por todos que dele dependem. Há quase 10 anos a comunidade pesqueira espera uma alternativa para a atividade econômica que foi aniquilada com as hidrelétricas.

O biólogo Philip Fearnside, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), classifica as barragens de hidrelétricas como o maior fator de risco para o rio Madeira, principalmente, por impedirem o transporte de sedimentos que vêm dos Andes e que

se distribuem pela calha do rio até o Atlântico (InfoAmazônia, 2022).

“Os sedimentos abaixo das hidrelétricas do Madeira já diminuíram 20%. Esses nutrientes são a base da cadeia alimentar dos plânctons, dos peixes, ou seja, de toda a vida no rio. O Madeira já enfrenta o colapso em algumas partes. Os grandes bagres não estão passando pelas barragens para fazer a desova, e isso é catastrófico. Sem contar as milhares de famílias que vivem da pesca e que foram diretamente impactadas”, observa Fearnside (InfoAmazônia, 2022).

As hidrelétricas já atingem

26 microbacias do Madeira com impactos que até hoje são monitorados por pesquisadores e organizações independentes.

Os projetos energéticos colocaram o Madeira como o rio mais vulnerável da Amazônia, segundo um estudo liderado pelo geólogo Edgardo Latrubesse e publicado pela revista Nature. Até 2029, estão previstas duas novas usinas no alto Madeira, além de projetos na Bolívia e no Peru que também vão impactar a bacia.

Iremar Antônio Ferreira, do Instituto Madeira Vivo, chama atenção para o que chama de “mudança na cartografia social do Madeira”, um processo

que segundo ele ignora os povos tradicionais que dependem de um rio saudável.

O mercúrio usado pelo garimpo e despejado no rio é absorvido pelos peixes e pelo corpo humano na ingestão dos pescados. De acordo com a OMS, os sistemas nervosos central e periférico são os mais afetados pela contaminação por mercúrio.

Um laudo da Polícia Federal confirmou contaminação por mercúrio em moradores da região do Madeira até três vezes superior ao limite máximo considerado como “admissível” pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Além da contaminação das pessoas, o nível de mercúrio na água é de 15 a 95 vezes superior ao aceitável como máximo para consumo e uso recreativo.

Segundo a reportagem “Meninos Garimpeiros”, de Thaís Espinosa, para a Amazônia Real (2022), ao caminhar pelas ruas das comunidades ribeirinhas de Rondônia, na Amazônia Ocidental, é comum

ver crianças correndo, jogando bola e empinando pipa tendo como fundo as balsas de garimpeiros ancoradas nos barrancos do rio Madeira. O garimpo está sempre aberto para quem quiser entrar na atividade. Em contrapartida, as escolas da região têm salas de aulas fechadas, não há transporte escolar fluvial e o ensino híbrido tenta impor uma nova lógica educacional, na qual as crianças e adolescentes dessas localidades estão excluídas.

Essas violências em territórios tradicionais têm criado uma situação grave: meninos garimpeiros que preferem atuar na ilegalidade do que esperar pela educação que não chega, e meninas que vão trabalhar nas cozinhas dentro das balsas e algumas são aliciadas para os chamados “bregas”, pontos de exploração sexual (Amazônia Real, 2022).

De acordo com o Ministério Público Federal de Rondônia, um quilo de ouro representa cerca de 1,7 milhão de reais em danos ambientais, o

que resulta em um custo quase 10 vezes maior que o preço real do metal precioso (Amazônia Real, 2022). “Não sou a favor do garimpo, mas ao mesmo tempo entendo que não é criminalizando as pessoas das comunidades que se viram obrigadas a irem trabalhar no garimpo que a gente vai resolver os problemas de impactos ambientais, sociais e culturais”.

Ela lembra o caso de uma de suas alunas que foi com a mãe e o filho pequeno trabalhar no garimpo. “Construíram a própria draga para garantir o sustento. Não é pra ficar rico, porque quem ganha com isso? São os grandes empresários, os donos das grandes dragas que exploram essas famílias. É mais uma modalidade de extrema exploração da mão de obra que sequestra as crianças do espaço escolar e da infância”, diz Mura.

Diante dessa triste realidade que se apresenta nesse tempo de consumo e degradação dos recursos naturais e, junto com eles,

da vida de comunidades inteiras ao longo do Rio Madeira, muitas perguntas chovem na cabeça.

Sobre o lugar dos rios nas cidades e, por consequência, qual o lugar dos seres vivos que nele habitam e dele dependem? Qual é a função das cidades e a quem elas servem? Como os rios respiram nas cidades na lógica da necropolítica capitalista? Quem escuta a voz do lugar onde mora? As histórias e memórias? Quem escolhe o que tem que ser esquecido? E os monumentos para serem erguidos? Como quebrar esse encantamento ao contrário e sair desse eterno ensaio sobre a cegueira? Até quando vamos suportar essa ideologia perversa que se abraça numa ideia de desenvolvimento criminoso? Cidades são Rios que correm ao contrário entre seres fantásticos e imaginários...

Muita gente esperando o fim dos tempos. Muitas outras estão construindo uma rede orgânica de resistência, com muitas

ações se espalhando e se conectando pelo mundo para retomar a dignidade humana e revidar os ataques desse sistema perverso. Da ocupação 9 de julho e Cooperifa em São Paulo ao movimento da Maloca Mura em Nazaré, Rondônia. De onde vêm esses coletivos e grupos que se espalham e contagiam casas, ruas, bairros, vilas, cidades, comunidades e continentes?

Na sabedoria dos Guaranis, um dia esse mundo doente vai parir um mundo saudável. Quem são as parceiras desse tempo novo senão os que semeiam e sonham nesse tempo de agora? A respiração do mundo na palma da mão de quem tem coragem de lutar por beleza e justiça.

Duas Respostas de Márcia Mura

Como você vê a relação das cidades com os rios?

Na cidade onde vivo vejo que ela antes era voltada para o rio, mas com a construção de estradas

terrestres ela passou a virar de costas para o rio.

Tem pessoas que vivem na cidade que nunca navegaram pelo rio Madeira nem têm ideia das populações e povos que vivem às margens dos rios.

Indo para outras cidades, os rios, em muitas capitais, são invisíveis, e muitos deles se tornaram esgotos.

É muito triste ver as condições do rio Tietê, por exemplo, que se tornou esgoto para dar lugar a um tal progresso que mata o rio.

As tecnologias mais modernas deveriam ser utilizadas para manter o rio vivo, pois ele é fonte de vida. Uma cidade que mata seu rio, mata também sua fonte de vida. As pessoas que perdem sua relação com o rio, perdem também sua relação com sua ancestralidade.

Para nós indígenas, os rios é que dizem de onde e quem somos.

Quando nos encontramos perguntamos de qual rio vêm os parentes. Não é da cidade.



MÁRCIA MURA. FOTO DA NAYARA FALCOSK

Por exemplo, eu sempre digo que sou do rio Madeira/Iruri, e não da cidade de Porto Velho.

Como foi o tempo em São Paulo e seus movimentos por lá?

Fui para São Paulo para estudar, passei muitas dificuldades, no último ano de estada em São Paulo, meus dois filhos também foram morar lá, foi quando fomos acolhi-

dos pelo GT indígena de São Paulo. E a partir daí conseguimos estabelecer várias conexões indígenas com outros parentes e nos manter mais firmes na cidade.

Quando alguém conhecido, ou meu companheiro, iam pra São Paulo, sempre levavam peixe, principalmente pirarucu seco, que eu preparava no leite da castanha e chamava a parentada para comer junto.

Sempre era uma festa entre parentes quando chegavam os alimentos da Amazônia. Partilhávamos os alimentos, cantávamos e dançávamos e isso nos alimentava espiritualmente para não nos perdermos na “selva de pedras”. ■

Agradecimentos :

Márcia Mura, Arine Caçador, Iremar Ferreira, Almicio Fernandes, Seu Natan

Fontes:

<https://vejasp.abril.com.br/cidades/trecho-morto-rio-tiete-avanca/>

<https://infoamazonia.org/2022/07/11/a-morte-silenciosa-do-rio-madeira/>

<https://amazoniareal.com.br/especiais/meninos-garimpeiros/>

A política como arte de acolher e ajudar pessoas

ISAÍAS DALLE



FOTO: ACERVO PESSOAL

Juliana Cardoso foi eleita deputada federal em 2022, logo em sua primeira tentativa, após ter se consolidado como vereadora e deputada estadual em São Paulo.

Juliana acredita que todo e qualquer mandato, inclusive nos movimentos sociais, precisa se dirigir às pessoas a partir “das dores da vida”, ouvi-las e ajudar a encontrar soluções para os problemas. Dessa forma, abrem-se as portas para as mudanças estruturais, conquistando-as para a ta-

refa de pensar o mundo e formas concretas de atingir essa meta. A acolhida seria o ingresso para a fase que se convencionou chamar de conscientização. Só discursos não bastam.

“As pessoas estão sem paixão pela política? Estão. Estão desacreditadas. Como a gente supera isso?

Quando a gente fala de coisas que atingem a vida delas de verdade, consegue virar essa chave”, diz Juliana.

Ao falar disso, recorre brevemente a histórias de acolhimento e ajuda que ela mesma viveu, como parlamentar, na tentativa de ajudar grupos e co-



JULIANA CARDOSO EM SEU GABINETE, EM ENTREVISTA AO JORNALISTA ISAIAS DALLE, DA REVISTA RECONEXÃO PERIFÉRIAS

munidades a encontrar soluções para problemas diários, mostrando as ferramentas já existentes, mas desconhecidas, ou elaborando novas.

Histórias que viveu também quando esteve na posição de quem precisava de ajuda, como no caso trágico do assassinato de seu pai, na presença dela, ainda criança. Ou na descoberta contínua de sua ancestralidade, que a tornou a primeira deputada federal indígena pelo PT.

Acompanhe:

Você como vereadora e depois deputada estadual em São Paulo teve uma atuação muito ligada

às periferias e à luta das populações desses territórios. Como uma deputada federal pode trazer essa pauta para um espectro tão grande e muitas vezes até com um alcance difícil de enxergar, no plano federal?

Juliana Cardoso: Quando você está no Estado, tem um diálogo quase diário com as pessoas que acompanham o mandato. E aí vem para Brasília. Se está aqui, você some da base. Se está na base, as pessoas falam: por que não está aqui? (risos) Então a gente fica nesse mundo, um pé lá e um pé aqui. Nesses meses eu estou tentando um pouco entender mais profundamente, e sem ser só o que está escrito

no Regimento Interno da Câmara. Nas comissões, como funciona o dia a dia? Por mais que eu tenha sido vereadora da cidade de São Paulo, o que já dá uma boa base para chegar aqui, ainda assim é diferente. Eu quero me dedicar pelo menos nesses três meses, quatro meses, ao dia a dia aqui na Câmara Federal. E inclusive ter subsídios para entender o que se conecta com nosso estado, nossa base, no que a gente pode caminhar, principalmente nesse governo do presidente Lula, em políticas que foram completamente abandonadas e agora estão sendo resgatadas. Na relação orçamentária, na questão de projetos que estavam parados, de obras como creches, Minha Casa, Minha Vida, obras que foram paradas durante seis anos e rapidamente, em menos de 100 dias, já começaram a ser executadas, entregues, enfim. Há projetos que o presidente Lula já fez, mas agora há coisas que precisam ser incorporadas, como no Minha Casa, Minha Vida.

Por exemplo?

No caso do Minha Casa, Minha Vida, a destinação de unidades residenciais para mulheres em situação de violência doméstica. Projetos como o Mulheres Empreendedoras, que veio do Ministério das Mulheres, sobre o qual falávamos pouco no governo do presidente Lula. A gente trabalha muito com a vulnerabilidade, com projetos voltados para o resgate da cidadania dessas pessoas, já dialogávamos com uma coisa ou outra, mas não com uma força total como estamos falando sobre as mulheres empreendedoras.

Há muitos projetos que já estão entrando em fases novas. Não são apenas de reconstrução, são lançamentos de etapas novas. É isso?

Exato. Até porque eu tenho uma percepção, acho que não é só minha, de que o presidente Lula tem se dedicado muito a fazer um governo muito melhor do que ele já fez nos dois últimos anteriores em que foi presidente.

Então, isso é escutando muito a sociedade. Tanto que ele está começando a colocar um desafio, que é o Orçamento Participativo. A gente já está aqui começando a pensar como estruturar essa participação. E eu, como venho de Comunidades Eclesiais de Base, da Igreja Católica, da Teologia da Libertação, entendo que quanto mais você escuta as pessoas em suas necessidades do dia a dia, mais se consegue ter um governo que vai fazer o melhor. Não vamos conseguir fazer 100% porque não cabe no orçamento, por conta de tudo aquilo que foi destruído durante esse período. A gente acompanha os estados que estão nesse viés privatista, onde interesses vão acabando também com ações efetivas do Estado. Nem o governo federal vai conseguir, mesmo durante esses quatro anos, conectar o que está acontecendo em nível nacional nesses estados, imagina em cidades. É preciso fazer um giro rapidamente para conseguir tirar essas pessoas dessa situação difícil dos últimos seis anos.

O Orçamento Participativo pode ser uma ferramenta para abrir o debate público, politizar?

Olha, o orçamento participativo é sempre importante porque desperta a consciência. Ele dá o instrumento para entender o que significam o orçamento público, a legislação, quais são os ministérios, no que as estatais, por exemplo, podem ajudar no dia a dia dessas pessoas. Porque

Eu sou afro-indígena. Sou filha de mãe negra e pai indígena. Em que pese a família da minha mãe, uma boa parte dela vem também dessas ancestralidades indígenas. Quando você se candidata, precisa colocar lá qual a sua etnia. Não há a opção de colocar afro-indígena.

ENTREVISTA COM JULIANA CARDOSO

está tudo muito desconectado do dia a dia das pessoas. Quando vai a um bairro, você ouve: “Eu estou aqui precisando que o posto de saúde tenha mais médicos”. Aí você fala assim, ok, mas você já falou na sua unidade de saúde com a gerente? Sua gerente conseguiu encaminhar para a supervisão? A partir dessas perguntas, conseguimos encaminhar. As pessoas não têm, infelizmente, a informação necessária para atuar em determinada demanda. E também existe muita confusão, de achar que o caso é da prefeitura, e que a prefeitura é que tem de resolver. Só que a prefeitura tem várias instâncias. A mesma coisa em relação aos ministérios. Se você não avança e a pessoa não

sabe qual o caminho que vai fazer, fica perdido no universo.

Penso que o orçamento participativo vai ajudar nisso, sim, a entender o que se tem de orçamento, quais são as dificuldades e, sem dúvida nenhuma, entender essas pautas municipais, estaduais, nacionais, que são saúde, educação, assistência social. Assistência social por conta da vulnerabilidade que ainda existe. Acho importante fazer um parêntese aqui. Nós temos um Sistema Único de Assistência Social, SUAS, parecido com o SUS. As pessoas acham que assistência social é só cesta básica, mas é muito mais que isso. É um projeto que você pode ter no seu município para, por

exemplo, implantar uma atividade de contraturno com criança, adolescente, jovem, idoso, mulheres, enfim, o sistema faz um atendimento mais amplo. Então eu acho que o orçamento participativo vem nesse viés. É uma espécie de manual de instruções, digamos, do Estado, de como funciona. E como o cidadão, a cidadã, podem interferir de alguma forma.

O que você diria para as populações nos territórios sobre como se organizar coletivamente e se inserir no Orçamento Participativo?

A gente ainda vai entender como será colocado em prática. Pelo que eu entendi dos ministros, ainda se está pensando na estruturação, como vai funcionar, quais são os meios. Estou eu aqui imaginando: meios de comunicação, meios digitais, para abrir a participação, acolher propostas. É preciso pensar também em quem não tem acesso amplo a tecnologias digitais. Mas, sem dúvida nenhuma, tem de massificar, porque a disputa que faremos com a sociedade



FOTO: ACERVO PESSOAL

é aquela coisa de dizer assim: “olha, isso pode, isso não dá”. As pessoas vão ver que tem dinheiro, tem orçamento, o que está parado, o que avança. É uma forma de conscientização também.

Você falava de alguns exemplos de atuação na área das mulheres. Quais são os planos do seu mandato para ajudar nessa agenda?

Só uma questão antes. Sobre os movimentos sociais, eu também queria deixar um ponto aqui. Você sabe que em boa parte da minha vida parlamentar aprendi a caminhar no serviço público e às vezes até no privado, tanto no Executivo quanto no Legislativo, com a experiência dos movimentos sociais populares, que têm uma militância muito intensa. E eu falo que em São Paulo, na Câmara, há movimentos que dão show, que falam muito melhor do que vários parlamentares. Movimento de moradia, de saúde, de cultura, de educação e de assistência social. Cinco movimentos que ocupam e debatem

legislação, orçamento. Inclusive, quando não conseguem espaço no Parlamento, vão ao Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas.

Sobre as mulheres, temos uma pauta transversal. Não dá para falar só de um passo, como a violência doméstica. Existe a violência física, psicológica, de gênero, violência política de gênero. São várias coisas sobre as quais temos de caminhar todos os dias pra avançar na política e, acima de tudo, no respeito aos nossos corpos e à nossa existência, em todos os lugares. Desde a atuação que fala sobre a violência sim, mas também de ocupação de salários iguais, por exemplo, um dos projetos que vieram do presidente Lula. Falar sobre a saúde das mulheres, porque ainda temos um número muito alto de violência obstétrica. Então, na área da saúde, há um mundo de coisas para fazer. Por exemplo, quando você enxerga a fila de exames ou de cirurgias eletivas, o maior número é de mulheres. E

entre elas o número maior é de negras. As indígenas aparecem no mapa muito pouquinho. Porque não chega às aldeias essa possibilidade de conseguirem fazer um tratamento mais completo.

Você é a primeira petista indígena a ser eleita deputada federal. Essa questão da sua ancestralidade sempre fez parte da sua carreira pública? A impressão é de que é algo mais recente. Tem a ver com alguma descoberta?

Eu acho que é bem interessante esse debate. E para as pessoas também entenderem que dentro dessa burocracia a gente também tem barreiras, né? Eu sou afro-indígena. Sou filha de mãe negra e pai indígena. Em que pese a família da minha mãe, uma boa parte dela vem também dessas ancestralidades indígenas. Então meu bisavô, por parte da minha mãe, por exemplo, era guarani-kaiowá. Quando você se candidata, precisa colocar lá qual a sua etnia. Não há a opção de colocar afro-indígena. Você tem

A minha família sempre foi muito lutadora. Meus avós vieram do Piauí de pau de arara para chegar a São Paulo e tentar ter uma vida melhor.

“indígena”. E isso foi um debate lá na minha casa, né? Porque pegamos inclusive toda a árvore genealógica, para entender como a gente iria se comportar. Se fala assim, afrodescendente, negro, mas e a questão indígena, onde fica então? Na nossa árvore genealógica, mesmo com a minha mãe negra, percebe-se que na parte da minha mãe tem um grande número de indígenas. Mas a parte do meu pai é toda terena, de Mato Grosso do Sul. Então, quando se olha a minha família por parte de pai, você vê todos os traços indígenas muito fortes. Meu pai morreu quando eu tinha cinco anos. Então, decidimos que seria muito melhor, já que não tinha a opção afro-indígena, colocar, lá onde se pergunta a etnia, indígena.

Então existe uma luta em

curso para se oficializar, para fins de legislação eleitoral, a opção por declarar a etnia afro-indígena?

Exato. Essa luta está em curso e deve-se trabalhar com ela, é um dos debates que vou ter de fazer aqui. Dentro dessa relação indígena, depois tem a luta dos indígenas aldeados e não aldeados. Nesse diálogo dos indígenas, quando você não é aldeado não é muito aceito.

Não é muito aceito por quem?

Pelo povo indígena, porque você sai da sua cultura, que teria de ser, para ir para outra, para urbano. E aí no urbano, eu, por exemplo, uso prata, né? {Juliana mostra um colar de prata que está usando} E no povo aldeado, por conta da mineração, não se usa de jeito nenhum. Então, quando você vem para a cidade, isso tudo

fica muito em debate. Eu não convivi com a minha família por parte de pai. Meu pai faleceu quando eu tinha cinco anos, eu não trouxe essa cultura. Eu não sei falar a língua.

E tem vontade de aprender?

Siiiiimm, inclusive eu tenho parentes terenas, aqui em Brasília tem um museu coordenado por um terena, e ele já falou diversas vezes pra eu ir lá falar, que ele quer me ensinar. E quero visitar Mato Grosso do Sul. Nesse espaço que meu pai nasceu, Aquidauana, não estive, em que pese ele tenha sido registrado em Nioaque. Muita gente que fica tentando desconstruir, inclusive no partido: “mas ela não é indígena”, ou “ela está chegando agora”. Sem entender que não existe uma legislação eleitoral em que eu possa me colocar no que eu sou mesmo.

Não tem nada a ver com uma oportunidade que você enxergou de se inserir mais fortemente na disputa eleitoral?

Não, nem um pouco.

Pelo que você está dizendo, é tão multifacetado que poderia ser até um obstáculo na sua eleição.

Exato, dado o nível de incompreensão. E as pessoas, neste momento, mais colocam isso contra mim do que a favor. Há muitos lugares onde eu vou que as pessoas ficam numa desconfiança, achando que eu fiz isso para me eleger. Sendo que quem acompanha meu dia a dia sabe que eu fui nascida e criada na periferia, e que a questão indígena é um trabalho que eu tenho, que eu tinha na capital, era muito vinculado aos guaranis, desde a demarcação da terra deles no Plano Diretor.

Esses guaranis lá da cidade de São Paulo, pra quem não conhece, eles ficam em qual região da cidade?

No Jaraguá e em Parelheiros. Na região mais arborizada da cidade. São quatro aldeias. Inclusive – quase ninguém sabe disso –, na gestão da Marta (Suplicy, prefeita de São Paulo entre 2001 e 2005),

quando ela pensou em fazer o Centro de Educação e Cultura Indígena (Ceci), eu já tinha uma atuação muito grande e entendia que a cultura indígena precisava ter uma educação específica, porque as crianças até seis anos não falam português.

Você está nessa luta desde então.

Desde sempre. Mas não é uma coisa que eu fico demonstrando, como tantos outros trabalhos que eu desenvolvo.

Aliás, li algo sobre você que eu não sabia, muito triste, muito trágico, que é a história do seu pai. Quando ele morreu, você estava na cena.

Sim, eu... Aliás, essa é uma coisa que, como foi muito traumática, dos meus cinco anos de idade para trás eu tenho poucos

flashes, pouca lembrança. Ele foi assassinado, e eu estava com ele. Fiquei dias assim... Porque naquele período não tinha telefone, e a minha mãe e o meu pai tinham se separado. Eu fui ficar com ele no final de semana e a minha mãe estava na casa da minha avó, e lá não tinha telefone. Ficamos o sábado e o domingo, todo mundo tentando entrar em contato com a minha mãe, sem poder pedir ajuda. E aí no domingo, como eu não chegava, minha mãe percebeu que havia alguma coisa errada. Aí ela foi me procurar e me achou lá com ele.

Você ficou todo esse tempo com ele, sem que as pessoas soubessem?

Ele ainda não tinha morrido. Mas como era enfermeiro do Hospital do Servidor Público



JULIANA CARDOSO EM REUNIÃO COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS. FOTO ACERVO PESSOAL

Estadual, ali todo mundo me conhecia. O apelido do meu pai era Índio. Ele era muito alegre, muito festeiro, e as pessoas tinham um carinho muito especial por ele, e foram me ajudando nesse dia até minha mãe chegar. E aí, quando minha mãe chegou e resgatou, logo em seguida ele faleceu. Acho que ele até ficou esperando. Ele demorou tanto, porque ele estava num processo muito difícil, mas ele só partiu quando ele teve certeza que a minha mãe me achou.

O seu pai era um lutador social, não era? Ele estava na luta...

Estava, na enfermagem, na relação com o SUS. Naquele período ainda era muito novo, mas na defesa do serviço público, do servidor público, no Hospital do Servidor Público de São Paulo, na Santa Casa.

Ele estava envolvido em alguma agenda importante e a morte dele tem a ver com isso? Foi a repressão?

A repressão era muito constante naquele perí-

do, muitas pessoas que estavam na linha de frente de alguma ação política morreram. Foram baleados, enfim. A minha mãe sempre conta um pouco dessa história. A repressão também quase chegou perto dela. O tempo em que ela teve de ir para Salvador, enfim, tinha ali as suas ligações com o Carlos Marighella. Tanto que o filho do Marighella é padrinho da minha irmã, falecida também, a Maria Luíza. E o meu pai foi isso, foi tirada a vida dele e, nos autos, diz que foi uma pessoa que estava lá, que não gostava muito dele, e atirou. E até hoje a gente não sabe exatamente o porquê.

Você também falava da pesquisa que fez, da árvore genealógica. Das descobertas que fez ao pesquisar suas origens, há alguma que a encantou de uma forma especial, que destacaria?

A minha família sempre foi muito lutadora. Meus avós vieram do Piauí de pau de arara para chegar a São Paulo e tentar ter uma vida melhor. Por parte do meu pai, ele

saiu da aldeia para poder estudar. O certo era ter voltado para fazer as ações lá, mas era muito precário. Os povos indígenas sempre foram muito abandonados, expulsos do seu território e as suas culturas acabam sendo desmontadas. Só quem está muito perto ou quem tem muitos parentes próximos consegue resistir. Mas quando são aldeias menores e são abandonadas, elas acabam tendo muita dificuldade. Então eu falo que é uma vida de trabalhadores, né? Pessoas que nunca deixaram de entender que precisavam ter consciência política de direitos. Tanto que eu acho que chegar aqui como deputada federal também faz parte da minha história de vida, de busca pelos direitos e igualdade social.

Quando os povos indígenas que vivem nos centros urbanos forem despertando para essa identidade, isso pode produzir alguma mudança significativa pro conjunto da sociedade?

Eu acho que aí vamos algumas casas antes, que é

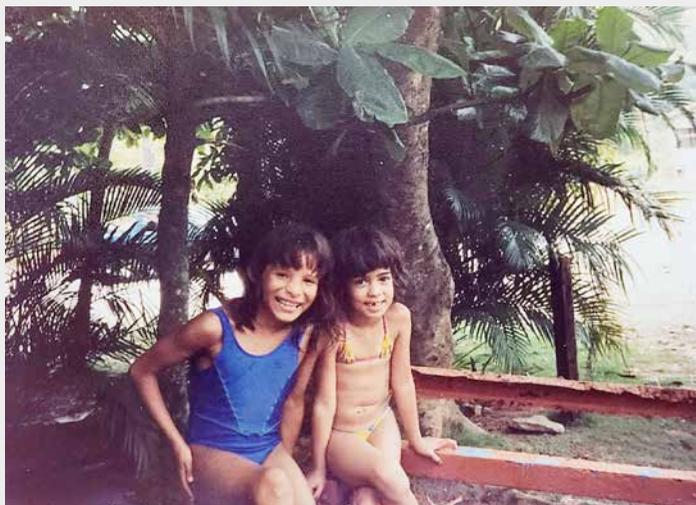


FOTO: ACERVO PESSOAL

a relação ambiental, todo o contexto que vivemos, não só no Brasil, mas no mundo, dos desastres. Tudo isso passa por uma relação mais ampla de sobrevivência. A sobrevivência inicia pelos povos indígenas, que são os guardiões das florestas. E são mesmo. Aqueles que têm a sabedoria milenar, a ancestralidade anterior a nós. Mas eu acho que a partir de tudo o que tem acontecido com a gente, se não iniciarmos rapidamente uma ação efetiva ambiental, climática, uma agenda que inclua, sem dúvida nenhuma, como ponto central, os povos indígenas, nós vamos ter muitos problemas.

Dos planos que você tem

para o mandato, qual você considera prioritário, que você pretende transformar numa marca?

São vários pontos que eu trabalho. Saúde, assistência social, moradia. O ponto que eu quero muito ajudar e ter marcas é a área da saúde, em especial a saúde voltada para as mulheres. E na área vinculada à assistência social: acho que temos de virar a chave, para as pessoas entenderem que assistência social não é só cesta básica, pode ser muito mais ampla. E, claro: quando você fala de casa, fala de dignidade. Quando fala de dignidade, tem de dar início a outras políticas mais conscientes de ação de trabalho, emprego, renda. É muito diverso

este mandato, porque não é só a Juliana. Nós somos um time. Eu entendo que o mandato é o instrumento da luta popular. Então, temos de estar a serviço de. E estar a serviço de é compreender que há pontos importantes e pessoas que militam, ajudam, trabalham, e dedicam a vida. Então perguntam, “mas Juliana, você não vai pautar a luta indígena?” Sim, eu estou junto, mas tem mandatos aqui, como Célia Xakriabá, como Sônia Guajajara, que está agora como ministra, que dedicam a vida a isso. A minha pauta, a minha vida, e eu sou formada em Gestão Pública, é entender que o centro da política de Estado tem que ser forte. E, para ser forte, você tem de construir subsídios, desde legislação, mas acima de tudo ajudar quem hoje está no governo, que é o presidente Lula, a fincar essas políticas, para quando vier outro... Por que o SUS não foi destruído por inteiro? Porque você fincou uma política. As pessoas sabem o que é o SUS. Pode-se dizer que há problemas, mas há

ENTREVISTA COM JULIANA CARDOSO



FOTO: ACERVO PESSOAL

um postinho ao lado da casa delas. Isso tinha de ser para tudo: moradia, assistência social.

Você acha que o SUS, pela consolidação dos princípios dele no imaginário popular, pode ser referência para todas as demais políticas?

Tinha de ser. Se isso acontecesse, eu acho que a gente não passaria por tanto problemas como passa hoje, quando se faz um desmonte. As pessoas só têm ideia do que significa um Estado forte nas suas vidas na hora que elas perdem. Os mandatos precisam, todos, Executivo, Legislativo, movimentos sociais, a gente tem de usar essa capacidade, que

eu costumo dizer que é a do microfone, entre outras, para traduzir para as pessoas que nem tudo acaba quando termina o mandato. É por isso que eu sempre digo que, em cada lugar que eu vou, não adianta ir só para fazer um discurso bonito, mas precisa semear, entender que aquela pessoa pode ter uma capacidade de entender, se informar, e dessa informação conseguir ir abrindo portas.

Essa consciência, como é que a gente consegue construir?

Essa construção é permanente. Eu sempre digo que você tem que conversar com as pessoas em cima das dores delas. Não adianta ir lá e dizer assim “olha, porque agora nós vamos ter Minha Casa, Minha Vida, Bolsa Família, Mais Médicos”, sendo que ela está passando fome e quer saber o que você vai pensar, ou ajudar a pensar, naquele momento, para matar a fome dela. E a igreja evangélica aprendeu isso. Nós também estamos em um outro momento, a gente briga hoje com as redes,

as fake news, não consegue estar todo o tempo em todos os lugares. Acho que nós temos de virar essa chave. Então, talvez, com alguns mecanismos como o orçamento participativo e outras formas de as pessoas enxergarem o Estado, a política pública voltada para elas, consigam entender que há projetos de vida, com o do Lula, e há projetos de morte, como o do Bolsonaro.

Esse espaço de mandato é isso: não tem que resolver só o asfalto, e sim entender o que eu desperto nessa pessoa, para ela entender que precisa se colocar melhor, entender quais são os instrumentos que tem para lutar, e assim obter algum serviço ou política para a sociedade. Vou dar um exemplo: visitei uma cidade paulista um tempo atrás e perguntei se lá havia centros de educação e cultura para crianças e jovens. Disse para eles que existe verba federal para isso, basta acessar. E que o município teria de arcar apenas com uma parte. As pessoas não sabiam disso.

Então, eu achei nesse caminho do Congresso Federal um lugar de fazer essa disputa nacional, de falar sobre isso. Agora, na campanha pela reforma tributária que está chegando aqui, na forma de medidas provisórias, isso vai ter de servir pra dialogar com as cidades que não têm serviços como esses. Numa cidade que eu visitei, a creche é das 7 e meia às 11 e meia e as crianças não têm almoço.

Pautas que são capazes de suscitar mobilização popular. Mas está faltando um pouco de encantamento com a política. Ou não?

Sim, porque as pessoas estão desacreditadas. A televisão faz muito isso também. Você liga a TV, o que se passa lá? Gente morrendo, corrupção. Esse aparelhinho aqui (Juliana aponta para o telefone celular) é um pandemônio para desacreditar política. E aqui na Câmara Federal você vê nitidamente essa parte da sociedade que só vive nessas redes sociais, principalmente aqueles que produzem o ódio e fake news.

Você está falando inclusive de parlamentares?

Só de parlamentares, há muitos casos aqui. São 99 deputados, de 513, que se elegeram pela rede social. Eu costumo dizer isso na tribuna: o que vocês estão produzindo para a sociedade?

Há bancadas temáticas, como a do boi, da bala e da bíblia. Faz sentido montar uma bancada periférica?

vida dela de verdade, consegue virar essa chave.

Sobre essa bancada periférica. Muita gente vem me perguntar por que o PT precisa se juntar numa base governista com pessoas que anteriormente xingaram, bateram. Isso ocorre exatamente porque a gente não tem a capacidade de conseguir trabalhar para ter mais parlamentares no nosso campo. Sabe por quê? Porque a gente fica brigando entre nós.



FOTO: ACERVO PESSOAL

Quero responder só objetivamente à outra pergunta. As pessoas estão sem paixão? Estão. Estão desacreditadas. Como a gente supera isso? Quando a gente fala de coisas que atingem a vida delas de verdade. Quando pega assuntos que atingem a

Podemos até disputar espaços juntos, não tem problema, está tudo bem. Agora, quando a gente vai avançar para disputar o outro lado em que os adversários sempre estão? Quando a gente vai conseguir disputar o espaço que hoje eles têm muito,

ENTREVISTA COM JULIANA CARDOSO



COM CÉLIA XAKRIABÁ MINDÁ NYNTHÉ.
FOTO: ACERVO PESSOAL

como o espaço da igreja evangélica?

Você acha que tem alguma coisa irreconciliável entre uma pauta fundada muito em questões morais e a pauta da esquerda? Tem como abrir diálogo?

Temos de ocupar esses espaços, achar o caminho de como eles estão fazendo isso. Porque eles acharam um caminho de dialogar com a vida das pessoas através da fé. Eu não considero que a pauta de costumes seja o mais forte apelo que eles têm. Ela entra como um acessório. O que eleger é o fato de ser uma comunidade que dialoga com a vida das pessoas. Eu tenho uma experiência próxima,

que é uma pessoa que estava desempregada, aí foi pra igreja, conseguiu um trabalho. E quando conseguiu um trabalho, dialogou sobre outros problemas, sobre um familiar com drogadição. E aí disseram para ela: “Espera que vamos te ajudar de outra forma”. Daí em diante a pessoa foi lá fazer o tratamento, melhorou. Eles vão construindo um trabalho entre eles, uma rede que é orgânica à vida das pessoas. Sem dúvida nenhuma tem a pauta fundamentalista, mas não é a principal questão.

Eu volto a dizer que nós vamos conseguir criar certa consciência a partir do diálogo com a dor da comunidade. Vou dar exemplo a partir da questão da saúde. A pessoa está sem médico. É a partir desse momento que você vai lá e ajuda, que ela passa a entender como a estrutura funciona. E aí, quando chegar outro alguém dizendo “eu vou resolver o seu problema”, elas vão saber que não é assim, o problema não está apenas na gerente do posto de saúde, é com o

governo que não investiu o suficiente para o médico ir até a periferia. Isso é demorado, é longo. Então nós temos de repensar esse jeito de enxergar o ser humano. A esquerda não pode só ficar nos grandes discursos.

Os movimentos sociais poderiam, como parte desse esforço, funcionar como uma espécie de porta para atender as pessoas?

Desde que entendam que não podemos ficar no assistencialismo, mas estar na vida, no dia a dia das pessoas e tentando dialogar com elas.

Organizar as lutas pontuais ali, tentando resolver, por exemplo, a falta de médico no posto de saúde, mas a partir disso construir uma agenda de mudanças estruturantes.

Exatamente.

Coletivo Força Tururu promove comunicação popular comunitária para o enfrentamento das violências

ROSE SILVA



ATIVIDADE DO COLETIVO FORÇA TURURU SOBRE A FORÇA DAS EMPREITEIRAS NA CIDADE DE PAULISTA

O Coletivo Força Tururu surgiu há 15 anos e trabalha a comunicação popular comunitária para o enfrentamento das violências e fortalecimento da autoestima dos moradores locais. Sua atuação se dá no Janga, um dos bairros de Paulista (PE), que fica na região metropolitana de Recife, basicamente sobre quatro eixos: pautas sociais, fortalecimentos de outros coletivos, sustentabilidade e comunicação.

De acordo com André Fidelis, um dos fundadores do Força Tururu, a comunidade sempre foi bastante alvejada pela imprensa hegemônica, associada a

fatos negativos. “Começamos a perceber que se acontecia um homicídio, um assalto virávamos notícia. O tráfico era bastante explorado pela televisão, pelo jornal. Isso

nos incomodava muito, porque dava uma sensação do que o Tururu era só isso. Predominava a imagem do ambiente altamente perigoso, de que ninguém poderia colocar



PRODUÇÃO DE VÍDEO NA COMUNIDADE DO BACCARO, EM OLINDA, FRUTO DA FORMAÇÃO DE COMUNICADORES

os pés pelo risco de ser morto. E quem morava lá enxergava uma realidade totalmente diferente: um espaço altamente orgânico, produtivo, com pessoas que querem mudar as estruturas sociais da forma como são consolidadas”, relata.

Segundo ele, as menções negativas à comunidade caíram drasticamente desde que começaram a realizar o projeto. “Se você tem uma relação tão forte com o seu território, não tem como vê-lo tão estigmatizado e não fazer um trabalho intenso para tentar minimizar isso. Se você acredita nos direitos humanos, numa perspectiva coletiva, precisa valorizar a comu-

nidade e as pessoas. É por isso que a missão do Coletivo Tururu é ecoar vozes que por muitas vezes são invisibilizadas”, afirma ele.

A principal atividade do coletivo é a formação de comunicadores populares, que já alcançou 11 comunidades, utilizando materiais elaborados pelos integrantes. O pro-

grama se desenvolve em quatro encontros teóricos e um prático, quando os participantes constroem diversos produtos de comunicação: exposições fotográficas, vídeos, documentários, que são apresentados à comunidade. O objetivo é gerar debates que possam mobilizar as pessoas para cobrar do poder público mudanças no território.



COMPONENTES DO COLETIVO FORÇA TURURU

Realiza também o edital cultural “Canta para a vida”, que busca valorizar mulheres moradoras de periferias que cantam e compõem. As mulheres inscrevem suas composições e as vencedoras recebem um prêmio em dinheiro, além de um videoclipe produzido pelo coletivo, que é posteriormente divulgado com o intuito de gerar uma agenda produtiva para a artista.

Em 2022, o coletivo realizou uma pesquisa e várias intervenções na comunidade, que motivaram a aprovação de duas leis municipais com foco

na prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher. A ideia para 2023 foi dar visibilidade a essas leis, para evitar que sejam engavetadas.

De acordo com Fidelis, o coletivo também se articula em rede para desenvolver atividades que se desdobram em pressionar a prefeitura e o poder público a respeitar as pessoas e valorizar a sustentabilidade ambiental. “Agora estamos realizando uma série de ações voltadas ao tema do direito à cidade, pois a especulação imobiliária tem se ampliado muito em Paulista, prejudi-

cando comerciantes, comunidades pesqueiras, degradando o meio ambiente e desalojando moradores”, diz.

Para Fidelis, é importantíssimo potencializar interações com a comunidade, valorizar essas pessoas e acreditar no potencial delas. “Nosso trabalho constante é esse, porque são tantas ações importantes, tantas ideias que rolam, tanta produção cultural interessante muitas vezes apagada, invisibilizada por um sistema que privilegia pouquíssimas pessoas. Então, a gente precisa ter e fazer comunicação”.



PRODUÇÃO DO VÍDEO UM BRINDE À COMUNICAÇÃO POPULAR E COMUNITÁRIA

Sol



FOTO: ACERVO PESSOAL DA ARTISTA

Solange Gonçalves Luciano, mais conhecida como Sol, nasceu na periferia de Porto Alegre (RS). Aos 54 anos, é uma sobrevivente dos escombros manicomiais, dos labirintos psiquiátricos e frequenta há mais de duas décadas um dos maiores e últimos manicômios da América Latina, o Hospital Psiquiátrico São Pedro. É nas Oficinas de Criatividade que Sol consegue fazer da arte uma ferramenta de auto resgate, onde dissipa as dores de suas vivências e daquelas pessoas com quem compartilha sua arte. É reconhecida na Luta Antimanicomial, onde pinta, borda, compõe, canta, escreve, faz parte da Associação Construção e do grupo de teatro Nau da Liberdade, encontrando uma forma potente de comunicação.

Nos trabalhos aqui exibidos, da série Vestes Falantes, a artista referencia a Oficina de Criatividade. Há autorretratos e homenagens a Natália Leite, também artista de "Esta coisa que pulsa", Nise da Silveira, precursora no desenvolvimento da arteterapia no Brasil. Reconhecendo-se na condição de sobrevivente, Sol assume um posicionamento ativista. Em Contenção Manicomial, ela reivindica o extermínio dos manicômios e de todo tipo de "práticas manicomiais", pois reconhece outras formas de aprisionamento mesmo em proposições terapêuticas renovadas. A poética de sua produção é marcada pela exigência política de reconhecimento da sua capacidade narrativa a respeito de si, mas também como parte de uma luta coletiva.



FOTOS: ACERVO PESSOAL DA ARTISTA

Caçadores de mentes doentes vocês podem até ser
mas a verdade que está aqui com a gente
quem é capaz de entender.

Somos um desafio para muitos de vocês
mas os desafiados é quem vão ter que nos entender
pois não temos nenhuma culpa
De nascermos diferentes
essa é a sua missão decifrar nossas mentes.

Somos bem mais do que números rotulados por vocês
e com a reforma psiquiátrica chegou a nossa vez, nossa metamorfose
Podes ver acontecer essa é a fusão do meu ser e o seu saber.

Temos uma aliada, a famosa medicação,
e da família e do Estado
suplicamos mais amor, compreensão.
Ouvi dizer que toda rosa tem espinhos e sem querer te fiz chorar.
Mas somos essas rosas com espinhos e viemos o seu mundo enfeitar.

Caçadores de mentes doentes vocês podem até ser
mas a verdade está aqui com a gente
quem é capaz de entender.

REDES SOCIAIS:

Instagram: @oficinadecriatividadehpsp

As lutas das mulheres e a democracia

Desde o início de 2020 o Reconexão Periferias realiza programas para discutir os temas mais diversos relacionados às periferias, sempre dialogando com organizações, coletivos, movi-

mentos sociais, ativistas e militantes de todo o país. Durante o mês de março de 2023, foram realizados programas com temáticas relacionadas à edição de março da **Revista Reconexão**

Periferias: “Vivas e com igualdade de direitos”. Os encontros ocorreram quinzenalmente, sempre às terças-feiras às 17h, horário de Brasília, no canal do [youtube da FPA](#) e na [página do Facebook](#)

Confira os programas de março e acesse o canal da Fundação Perseu Abramo para assistir::

07/03/2023: A luta das mulheres na reconstrução do Brasil - com Pagu Rodrigues

21/03/2023: Movimento de Mulheres do Subúrbio Ginga: proteção e autonomia para as mulheres - com Cláudia Isabele Pinho

ENTREVISTA 7 DE MARÇO - 17H

A LUTA DAS MULHERES NA RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

PAGU RODRIGUES
indígena fulni-ô, socióloga, estudante de direito, membra da Comissão de Povos Indígenas da OAB e Secretária Municipal de Mulheres do PT-SP

FUNDAÇÃO Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

ACOMPANHE: [/fundacao.perseuabramo](#)
[/FundacaoPerseuAbramo](#)

ENTREVISTA 21 DE MARÇO - 17H

MOVIMENTO DE MULHERES DO SUBÚRBIÓ GINGA: PROTEÇÃO E AUTONOMIA PARA AS MULHERES

CLÁUDIA ISABELE PINHO
Mãe de Isa Kimani, Membro do Movimento de Mulheres do Subúrbio Ginga; Conselheira Estadual de Desenvolvimento da Comunidade Negra da Bahia; Assistente Social da PROAE-UFBA

FUNDAÇÃO Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

ACOMPANHE: [/fundacao.perseuabramo](#)
[/FundacaoPerseuAbramo](#)

Programa Quinzenal Reconexão

Periferias Terça- feira, às 17h (horário de Brasília). No canal da Fundação Perseu Abramo: www.youtube.com/FundacaoPerseuAbramo

Programa Voz da Mulher

produzido pela Associação Mulheres na Comunicação - Rádio Web Mulheres na Comunicação www.mulheresnacomunicacao.com/ Aos sábados, às 8h, retransmitido de segunda a sexta-feira: 6h, 13h, 19h e 23h. O programa está disponível no Spotify, Google Podcasts, Apple Podcasts e Anchor, no canal "Mulheres na Comunicação"

DUO 13 anos - temporada Memórias do Fogo, com Saulus Castro

Quando: 15/04 às 15h e 19/04 e 20/04 às 19h. Ingressos: 15/04 com ingressos a R\$10 (meia) e R\$20 (inteira); 19/04 e 20/04 com entrada gratuita e exclusiva para escolas públicas, ONGs e projetos sociais. Onde: Teatro Sesc Senac Pelourinho - Largo do Pelourinho, 19 - Pelourinho - Salvador, BA.

Festival Hip House - 3ª Edição - Lei Municipal de Incentivo à Cultura 2022 (Modalidade Fundo)

Data: 15/04 e 16/04. Onde: Praça Modestino de Sales Barbosa, 11, Centro Cultural/Educacional, Flávio Marques Lisboa - Belo Horizonte, MG

Quarta oficina aberta "Fazendinha Biológica: preparo e aplicação de caldas e biofertilizantes"

Mediação: Eng Agr. Sheyla Saori - Amater Cooperativa e agricultor Gustavo Fernandes



Data: 15/04 entre 8:50 e 12:20

Onde: Sítio Vale das Cabras - Estrada das Cabras, km 13,5 - Joaquim Egídio - Campinas, SP. [Inscrições aqui](#)

Sambada Preta - 3ª Edição

Data: 15/04 a partir das 12h
Onde: Complexo Cultural de Samambaia - Samambaia Sul - Brasília, DF
[Ingressos a partir de R\\$10 aqui](#)

Garagens Periféricas 2020 (apresentação circense)

Data: 16/04 às 13h
Onde: Rua Frei Orlando, 148 - Caiçaras - Belo Horizonte, MG
[Mais informações aqui](#)

CCJ – BATALHA DA JUVENTUDE

Data: 17/04 às 22h
Onde: Av. Dep. Emílio Carlos, 3641 - Vila dos Andrades - São Paulo, SP.

Curso "A Pluralidade Étnico-Cultural na Região Metropolitana de Fortaleza: Diálogos de Fortalecimento entre Comunidades e Universidades"

Data: 19/04 às 19h
Onde: Centro Universitário Fаметro -
Unifametro (Campus Carneiro da Cunha)
- Rua Carneiro da Cunha, 180, Bloco B,
Jacarecanga - Fortaleza, CE

[Inscrições aqui](#)

Visita Mediadas pela exposição "Mejtere: histórias recontadas"

Data: 22/04 das 15h às 17h30
Onde: Museu Paranaense - Rua Kellers,
289 São Francisco - Curitiba, PR

[Ingressos disponíveis aqui](#)

Oficina | Histórias de Pano

Data: 22/04 às 15h
Onde: Museu da Imigração do Estado
de São Paulo - R. Visc. de Parnaíba, 1316
- Mooca - São Paulo, SP

[Mais informações aqui](#)

II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Data: entre 25 e 27/04
Onde: evento online, no youtube.

[Inscrições e mais informações aqui](#)

Seminário Latino Americano Água e Gênero - 20ª edição

Data: 27/04 das 14h às 16h

[Veja aqui](#)

SEMINÁRIO TEMÁTICO III - Educação Escolar Indígena

Data: 25/04 às 19h

[Veja aqui](#)

Abril Indígena e III CIELCULT - IF Goiano: Cultura Xakriabá em pauta

Data: 26/04 às 19h

[Veja aqui](#)

II Seminário do Grupo de Pesquisa em Sociologia Política da Educação

Data: 27 e 28/04

Onde: Faculdade de educação - Av.
Roberto Vieira - Coroadó - Manaus, AM

[Mais informações aqui](#)

Circuito Herança Africana - VI Temporada - Abril

Data: 29/04 às 10h

Onde: Ponto de encontro na Estátua
Merced Baptista - Largo São Francisco
da Prinha, 5, Estátua, Saúde - Rio de
Janeiro, RJ

[Ingressos aqui](#)

I Congresso Internacional de História da Amazônia: Cultura Popular na Amazônia

Data: entre 2 e 4/05

Onde: Fundação Universidade Federal
de Rondônia - Campus BR PVH - Av.
Pres. Dutra, 2965 - Olaria - Porto Velho,
RO.

[Mais informações aqui](#)

XXIX Semana Acadêmica de História | FURB - Povos Indígenas e Afrodescendentes: Protagonismo Histórico, Identidades e Trajetórias

Data: entre 2 e 4/5

Onde: Universidade Regional de
Blumenau - 89030-903, Rua Antônio da
Veiga, 140, Itoupava Seca - Blumenau,
SC.

[Mais informações aqui](#)

Edital	Foco	Prazo	Link
7ª Edição Você Repórter da Periferia	Para participar, os jovens podem ou não estar estudando - concluintes ou estudantes do ensino médio e também podem ser universitários que estejam cursando o 1º ano do ensino superior de qualquer curso na área de comunicação.	Até 30 de abril de 2023	https://desenrolaenaomenrola.com.br/territorios-criativos/7-edicao-do-voce-reporter-da-periferia-oferece-20-vagas-para-jovens-das-periferias-de-sp
Edital Fortalecendo Coletivos	O Edital é promovido pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com o apoio do Ministério das Mulheres. O edital irá contemplar projetos voltados a mulheres em contexto de uso de drogas ou que são afetadas pelo tráfico, especialmente mulheres negras e indígenas.	Até 21 de abril de 2023	https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/senad-abre-edital-para-fortalecer-coletivos-em-apoio-a-mulheres-no-ambito-da-politica-sobre-drogas
Edital LGBTQIA+ Defendendo Direitos 2023.	O Fundo Brasil pretende fortalecer o respeito aos direitos da população LGBTQIA+ no Brasil, garantindo apoio institucional a movimentos, organizações, coletivos e redes que atuam na defesa de direitos dos grupos mais vulneráveis. O Fundo Brasil valoriza e prioriza propostas de organizações, grupos e coletivos cuja composição privilegie a equidade racial e de gênero. É fundamental que os projetos lidem com a dimensão racial, étnica e de gênero.co.	Até 12 de maio de 2023	https://prosas.com.br/https://www.fundobrasil.org.br/edital/lgbtqia-defendendo-direitos-2023/

OPORTUNIDADES

<p>Edital Mobilização em defesa dos espaços cívicos e da democracia</p>	<p>Este edital visa apoiar a mobilização da sociedade civil na reconstrução e inovação de canais de participação e controle nos processos de democratização da sociedade e Estado em 2023 e 2024, visando ao fortalecimento da democracia e ao enfrentamento a retrocessos no campo das políticas públicas e proteção dos direitos humanos no Brasil.</p>	<p>Até 20 de abril de 2023</p>	<p>https://www.fundo-brasil.org.br/edital/mobilizacao-em-defesa-dos-espacos-civicos-e-da-democracia-2/</p>
<p>Prêmio Empreendedor Social 2023</p>	<p>O maior concurso de empreendedorismo socioambiental da América Latina, realizado pela Folha em parceria com a Fundação Schwab, abre inscrições para sua 19ª edição. Em 2023, a premiação vai dar visibilidade a tecnologias sociais que combatem desigualdades, mudanças climáticas, racismo e pobreza extrema e a soluções inovadoras para preservar biomas ameaçados e resolver problemas de favelas e periferias, como acesso à moradia e à água.</p>	<p>Até 30 de abril de 2023</p>	<p>https://premiofolha2023.prosas.com.br/</p>
<p>Chamada Pública para permissão do uso dos espaços da FUNARTE SP 2022-2023</p>	<p>objeto o cadastro prévio de projetos para ocupação de pautas livres na Funarte SP (Complexo Cultural Funarte SP e Teatro de Arena Eugênio Kusnet) por meio de permissão de uso dos espaços para realização de atividades artísticas e culturais, presenciais e/ou virtuais (gravações para transmissões online), nas áreas de artes cênicas (circo, dança e teatro), artes visuais, artes integradas e música.</p>	<p>Até 29 de setembro de 2023, às 17h59</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/11998-chamada-publica-para-permissao-de-uso-dos-espacos-da-funarte-sp-2022-2023</p>

<p>Elas Avançam: Ambientes Prósperos para o Protagonismo Feminino</p>	<p>Buscamos projetos que promovam atividades, ações de capacitação e formação profissional, qualificação em tecnologia e/ou desenvolvimento de habilidades e competências que fortaleçam as mulheres e promovam a equidade de gênero. Projetos que contribuam, de forma direta ou indireta, para a construção de um ambiente fértil para o protagonismo feminino por meio de ações como o desenvolvimento de lideranças, o combate ao machismo, atividades no contraturno escolar para crianças, a promoção da saúde e bem-estar, o combate à discriminação e violência de gênero, etc.</p>	<p>Inscrições contínuas</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/9048-elas-avancam-ambientes-prosperos-para-o-protagonismo-feminino</p>
<p>Programa de Aceleração de ONGs</p>	<p>A Phomenta, aceleradora de ONGs, está com a pré-inscrição aberta para os seus programas de aceleração. Organizações da Sociedade Civil de qualquer parte do país podem se inscrever e receber em primeira mão as informações quando cada programa abrir inscrições. Os programas de aceleração visam transformar a gestão da organização em um curto espaço de tempo, entre 5 e 7 meses, com ferramentas práticas e conteúdos dinâmicos. São apresentados temas diversos como captação de recursos, priorização, identificação e resolução de problemas, inovação, empreendedorismo e como conseguir parceiros.</p>	<p>Inscrições contínuas</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/6486-programa-de-aceleracao-de-ongs</p>



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

